

AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS DA MEMÓRIA NA COMPOSIÇÃO NARRATIVA

FORMACIONES DISCURSIVAS DE LA MEMORIA EN COMPOSICIÓN NARRATIVA

José Guilherme dos Santos Fernandes⁵²

Resumo: o presente artigo se propõe a discutir a composição do texto narrativo, oral ou escrito, a partir da memória e o discurso. Compreende-se que o narrador é produtor de versões ficcionais e que manipula estas versões discursivamente, em procedimentos de verificação e de autoria, a partir de suas memórias, esquecimentos e silenciamentos. A narrativa é resultado da experiência particular do narrador e do grupo social (formações ideológicas e discursivas) a que pertence, em trânsito entre o público e o privado, entre estrutura e história, entre memória coletiva e memórias subterrâneas.

Palavras-chave: memória; narrativa; discurso

Resumen: este artículo tiene la finalidad de discutir la composición de la narrativa sea oral o escrita considerándose la relación con la memoria y el discurso. El narrador es productor de versiones y relatos ficcionales, construidos desde procedimientos de búsqueda de la verdad y de reconocimiento de su capacidad de hacerse autor, a partir de sus memorias, sus olvidos y sus silencios. La narrativa es resultante de las experiencias particulares del narrador/autor y de su inserción en un grupo social (formaciones ideológicas y formaciones discursivas), en relaciones de este sujeto con el público y el privado, con las estructuras narrativas y los contextos históricos, con la memoria colectiva y las memorias subterráneas.

Palabras-clave: memoria; narrativa; discurso

A memória é a faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente ao momento presente da rememoração, considerando-se a experiência individual, mesmo que ocorra a partir de um fato acentuadamente coletivo. No entanto, a memória só tem razão de ser por seu caráter de transmissão, ou seja, ela se constitui individualmente, a partir das experiências do sujeito retidas em suas funções psíquicas, mas adquire uma dimensão social por se tratar de ato interativo da cultura: eu narro sempre a outrem e, particularmente, em sua modalidade oral a transmissão requer obrigatoriamente um interlocutor, ou narratário, isto é, há necessidade de um ouvinte, pois não falo para o vazio. Por isso a memória assume um caráter de tradição, aprendizagem e poder. O que implica em dizer que a perda da memória, como a amnésia ou a afasia, “envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou perda,

⁵² Doutor em Letras, Professor Associado de Teoria Literária na Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Bragança.

voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 425).

Considera-se, assim, que a memória é um sistema dinâmico de organização social, mesmo a despeito de seu caráter biológico e psicológico, e está pautado em atos mnemônicos de caráter narrativo, daí a função social da memória, “pois que é comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo (JANET apud LE GOFF, 1996, p. 424-425). E nessa condição de comunicação, a memória é dependente direta da linguagem verbal, seja oral ou escrita, pois a linguagem ampliou significativamente a capacidade de armazenamento da memória além do corpo físico e se instalou, com o tempo, em outros suportes de linguagem. Com essa significação de experiência e transmissão/tradição podemos crer que quem narra suas memórias tem a função social de dar conselhos, pois “o senso prático é uma das características de muitos narradores natos” (BENJAMIN, 1994, p. 200). E completa Benjamin:

Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. Mas, se “dar conselhos” parece hoje algo de antiquado, é porque as experiências estão deixando de ser comunicáveis.

Essa incapacidade que a memória passa a apresentar é decorrente de que ocorrem manipulações que determinam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido ou silenciado:

Os psicanalistas e os psicólogos insistiram, quer a propósito da recordação, quer a propósito do esquecimento (...), nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder (LE GOFF, 1996, p. 426).

Walter Benjamin trata da questão da incomunicabilidade se referindo ao fato de que as experiências do mundo moderno são empobrecedoras, pois a técnica, grande arauto da modernidade e de uma vida melhor à Humanidade, na transição entre o século XIX e o XX, significou a vergonha do genocídio e da desmoralização gerados na Europa pela I Grande Guerra Mundial:

Na época, já se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos. Os livros de guerra que inundaram o mercado literário nos dez anos seguintes não continham experiências transmissíveis de boca em boca. Não, o fenômeno não é estranho. Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo pela fome, a experiência moral pelos governantes (BENJAMIN, 1994, p. 114-115).

Essa experiência bélica, por mais subjetiva que tenha sido enquanto fenômeno da memória, significou uma atitude coletiva, daí Benjamin dizer que essa “experiência” não foi transmissível de boca em boca. Por mais que haja, em Le Goff, a distinção entre memória individual e memória coletiva, consideramos que a memória ocorre em um processo de mão dupla: está para o indivíduo assim como está para a coletividade, por isso cabe falar em memória individual e memória coletiva. Mas haveria duas memórias ou serão faces da mesma entidade? Primeiramente, o que consideraremos como memória! Diz Garcia-Roza, ao tratar da memória na Grécia Antiga, que “a função da memória conferida ao poeta por Mnemosyne é a de possibilitar o acesso a um outro mundo e de poder retornar ao mundo dos mortais para cantar-lhe a realidade primordial” (1990, p. 27). Daí podermos depreender que a palavra chave é lembrança, que está calcada na “realidade primordial”, das origens, por isso a ligação com o mito, mas este se vincula ao indivíduo, ao poeta no caso, uma vez que Mnemosyne é a deusa grega mãe das musas, estas fontes inspiradoras dos poetas. Lembre-se de que a poesia tinha uma função capital na Antiguidade, como agente civilizador, ou seja, era uma maneira de ensinar aos jovens a natureza mítica e exemplar da sociedade. Portanto, a palavra memória, advinda do nome da deusa Mnemosyne, desde a origem retrata a natureza coletiva do evento, sem perder de vista o caráter individualizador da criação poética, ligada à história, epopéia, tragédia, lírica, música, astronomia, eloquência, comédia, dança, ou seja, à própria cosmogonia do mundo grego. Por outro lado, a transitoriedade, como função da memória conferida aos poetas, nos remete ao significado dos mundos relatados: o mundo dos mortos, do passado, e o mundo dos vivos, do presente, quer dizer, a memória estabelece a relação entre duas

temporalidades, e por isso é uma construção discursiva, de quem constrói uma versão sobre determinado acontecimento a partir de sua ótica.

Talvez o problema, nessa transitoriedade, seja a busca por uma representação, do passado, fidedigna, o que tem ocasionado, até hoje, uma incompreensão da memória, e por extensão da narrativa oral de vida, como um documento histórico. Questão que remonta a Platão, que imputava à arte, isto é, aos poetas e às musas, uma qualificação de produtores de simulacro, não de cópia, o que, naquele momento, representava uma qualidade negativa, pois o mundo grego desejava a cópia fiel do mundo das ideias, este o mundo dos deuses e da verdade. O problema se instala quando não se entende que o passado para sempre estará no passado, como a infância perdida freudiana, e que um evento ocorrido em momento pretérito para sempre terá essa marca, isto é, o que ocorreu antes estará no pretérito perfeito ou no pretérito mais que perfeito, enquanto tempos verbais. O que ocorre é que, na tentativa de se restabelecer o passado, utilizamos de subterfúgios, como o pretérito imperfeito ou o particípio, tempos verbais que se caracterizam como a ocorrência de um passado que se espraia no presente da enunciação da narrativa, ou seja, o tempo da narrativa se imiscui no tempo da narração e traz consigo marcas do narrador e suas concepções de mundo. Daí considerarmos a narrativa como uma formação discursiva visto que “uma formação ideológica deve ser entendida como a visão de mundo de uma determinada classe social, isto é, um conjunto de representações, de ideias que revelam a compreensão de que uma dada classe tem do mundo”, e que a cada formação ideológica ocorre mediante uma formação discursiva, “que é um conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo” (FIORIN, 1995, p. 32).

E como formação discursiva a narrativa sofre as ingerências dos procedimentos de exclusão e inclusão. Em relação ao primeiro, busca-se a verdade, mas o que nos deparamos é com a vontade de verdade presente na confecção de versões, ou ficções, de acontecimentos, de narrativas:

ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recoloca-la em questão contra a verdade, lá justamente

onde a verdade assume a tarefa de justificar e definir a loucura (FOUCAULT, 1996, p. 20).

O narrador é quem assume para si o caráter de testemunha do acontecido, como protagonista ou adjuvante, e assim dar o veredito sobre o fato, imputando a todos aqueles que o contradizem o discurso do louco, excluindo-os enquanto outra versão plausível. Em relação ao procedimento de inclusão, pode-se dizer que o narrador, enquanto autor, fala não apenas por si, mas carrega uma formação discursiva e ideológica de seu grupo social e de suas vivências e trânsitos em diversos grupos de contato, o que faz com que tenhamos outra compreensão de autoria, não centrada unicamente no indivíduo: “o autor, não entendido, é claro, como o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de coerência” (FOUCAULT, 1996, p. 26). Considerando-se o princípio organizador da verdade e da autoria foucaultianos, podemos compreender que produzir uma narrativa implica no mesmo procedimento de construir um texto etnográfico como convencimento aos leitores de que estiveram verdadeiramente diante do acontecimento ou da realidade pesquisada, com o estatuto de relatarmos a verdade por terem estado lá, como etnógrafos:

A capacidade dos antropólogos de nos fazer levar a sério o que dizem tem menos a ver com uma aparência factual, ou com um ar de elegância conceitual, do que com sua capacidade de nos convencer de que o que eles dizem resulta de haverem realmente penetrado numa outra forma de vida (ou, se você preferir, de terem sido penetrados por ela) – de realmente haverem, de um modo ou de outro, “estado lá” (GEERTZ, 2005, p. 15).

Esse parece ser o centro da problemática de considerar a memória e, por extensão a história oral, como processo de construção da História, esta enquanto disciplina: a dimensão veritativa da memória está intimamente ligada às construções ideológicas e formações discursivas, ligadas a um sujeito que está no mundo e pertence a certo grupo social. O que está em jogo, penso eu, é o modo como ocorre a suscitação da memória: “os seres humanos partilham a simples memória com certos animais, mas nem todos dispõem da sensação (percepção) (aisthêsis) do tempo” (RICOEUR, 2007, p. 35). O que implica dizer que nossa lembrança está vinculada à

dupla percepção, a dos sentidos e a da dimensão de dupla temporalidade, o ontem e o hoje, o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, estes nem tão mortos assim, pois vivos pela recordação (re-cordis, ou seja, de volta ao coração). Podemos dizer, em conclusão preliminar, que só somos capazes de lembrar porque dispomos da estimulação objetal, ou seja, a memória é nossa faculdade precípua, que se realiza pela lembrança de objetos, objetos estes sempre distantes, por isso que a memória é desejo, uma vez que o ser humano vive em busca da realização deste, por isso que na psicanálise somos eternamente seres desejantes. Talvez disto advenha a “saudade”.

Nos estudos sobre memória, nos diz Pollak:

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas, de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tomar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais (POLLAK, 1989, p. 3)

Para Pollak aqui reside o tensionamento nessa abordagem puramente sociológica da memória. Esta abordagem sociológica (não que a memória não seja também social!) decorre do século XIX e sua preocupação com a construção dos estados-nação, pois a negociação entre memória coletiva e memórias individuais sempre pende a balança para o coletivo, pois político e campo de poder, uma vez que deve haver concordância tácita entre os pontos de contato das memórias individuais para que a lembrança do sujeito se torne um fato histórico, ou fato social, para lembrar Durkheim. Por isso, Pollak apela para uma abordagem, hodierna, mais construtivista e individualizadora da memória, no como uma memória é construída por várias versões, inclusive as marginais, e pelo modo de narrar:

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias. Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial", no caso a memória nacional (POLLAK, 1989, p. 4)

Portanto, passou-se a centrar esforços, na análise da memória, na sua efetiva produção, que é a narrativa. Desde logo é bom que se diga que a narrativa é o tipo textual que mais se aproxima do caráter verossímil da literatura, ou seja, do que pode ser o real, mesmo que tenhamos consciência que o real é uma construção. Isto porque apresenta algumas qualidades inerentes à vida humana, como figuração, transformação de estados e temporalidades. Inclusive, essa transformação implica em aquisição ou perda, o que é o sentido da existência: a busca, ou pelo que ainda não temos ou pelo que deixamos de ter; é a história de todos nós, seres desejanter, que se estrutura em relações de anterioridade e posterioridade.

Alie-se a essa consideração sobre a narrativa o fato de que na memória dos excluídos é o texto narrativo que possibilita a construção de sentido de suas existências e o coloca (o excluído) como ser histórico, tanto por ser o autor do texto, enquanto pessoa do discurso, como, em muitas vezes, ser o protagonista, ou pelo menos o adjuvante a este, por estar relatando uma história da qual foi partícipe, conferindo ao relato um caráter veriditório, mesmo que este caráter seja de natureza discursiva. Assim é que a revelação da voz da periferia e da marginalidade acaba por conferir um estatuto metodológico para essa nova abordagem da memória:

Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

E exatamente por ser um espaço dedicado à análise das memórias concorrentes que a instauração da história oral de todo não minimiza os equívocos concernentes ao que seja público ou privado, porque, ao que parece, alguns pesquisadores tentaram e tentam fazer da história oral uma solução para o impasse do “como realmente aconteceu”. O que se torna menos perigoso é aceitar o recurso à história oral como um método, dentre outros, que é passível de construir um modelo de interpretação do acontecido e encarar aquilo que pode parecer “distorção” do fato como uma possibilidade ficcional, ou seja, ficção não como se fosse algo mentiroso e não factível, mas um ponto de vista acerca do vivido, “modelizado” pelo narrado/narrador.

A tendência a defender a História Oral e usá-la apenas como outra fonte histórica para descobrir “como aconteceu” levou ao descaso por outros aspectos e valores do testemunho oral. Ao tentarem descobrir uma história isolada, estática e recuperável, alguns historiadores às vezes não levavam em conta as várias camadas da memória individual e a pluralidade das versões sobre o passado fornecidas por diferentes narradores. Na tentativa de eliminar as tendências e fantasias, alguns profissionais descuidavam-se das razões pelas quais as pessoas constroem suas memórias de modo específico e não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva. Não percebiam que as chamadas distorções da memória, embora talvez representassem um problema, eram também um recurso (THOMSON, 1997, p. 62).

Mais uma vez o consórcio entre história oral, memória e estudo da narrativa pode indicar a solução em relação a esse impasse do que aconteceu e do como aconteceu. Assim, levanto duas questões que merecem maior atenção nos estudos que consideram a história oral: o caráter narrativo da memória e a capacidade de construir versões dos narradores, esta última questão aliada ao modo oral da narrativa; diz-se que quem conta um conto aumenta um ponto ou... diminui. Vejamos como a aproximação entre teoria da narrativa, ou narratologia, e história oral pode ser profícua.

Em primeiro lugar, as fontes narrativas orais e escritas não se excluem. Podemos estabelecer entre elas uma similitude, por um lado, ou apontar as diferenças

compatíveis com o suporte da fala ou da grafia. Por mais que se devote maior publicidade à transcrição, a fonte oral sempre será fonte oral, e a transcrição implica em adaptações e interpretações diversas; isso é um fato! Devemos entender que a linguagem escrita é a representação linear em traços segmentários (eixo sintagmático), mas a oralidade comporta a segmentação da fala, que fica nítida na transcrição, mas também o que se considera performance, ou seja, elementos corporais, como os gestos de rosto, de membros superiores, cabeça e busto, de corpo inteiro. Eles também carregam um sentido, não só do indivíduo, mas de toda uma cultura, trazendo consigo uma atividade verbo-motora: podemos estabelecer uma semântica do gesto, que concorre para símbolos culturais; a linguagem é simbólica, e é a este simbolismo que devemos recorrer na interpretação das mensagens. Portanto, o que nos importa é a narrativa, a história, mas também a narração, isto é, o modo como é contada, seja internamente, na fabulação, ou seja, pela semântica gestual e visual do narrador. E nesta semântica, o silêncio pode ser índice de complementaridade do movimento corporal.

No entanto, entendamos, primeiramente, como a estrutura da narrativa pode ser passível de estabelecer versões. Enquanto estrutura recorrente, a narrativa implica em um conflito a ser solucionado por um sujeito, conflito este desencadeador de ações, o que proporciona a fábula, esta entendida como enredo. Esta estrutura recorrente nos favorece um modelo, ou seja, é o veículo promotor da tradição em certos grupos sociais, transmitindo a herança cultural de uma geração para outra, não só costumes e técnicas, mas também valores morais e espirituais. Por isso, o mito é uma narrativa modelar, que se estrutura, via de regra, assim:

CARÊNCIA / INTERDIÇÃO / VIOLAÇÃO (REPARAÇÃO DA CARÊNCIA) / CONSEQÜÊNCIA OU DANO / REPARAÇÃO DO DANO.

Podemos ilustrar essa estrutura com a seguinte história modelar de contos de fadas: a angelical princesa deseja uma fruta (CARÊNCIA) de uma árvore proibida do bosque, distante de seu castelo (INTERDIÇÃO); então, sem ser percebida vai até o bosque e chegando lá encontra a bruxa má (VIOLAÇÃO), tendo como conseqüência a prisão em uma choupana (CONSEQUENCIA). O rei encaminha um guerreiro que combate a bruxa e resgata a princesa, trazendo-a de volta ao seu castelo (REPARAÇÃO DO DANO). Essa breve história ilustra como a narrativa é a construção de uma sintaxe

baseada no desejo e realização do desejo, mediante um objeto desejado, no caso a maçã. Mas também reflete uma série de valores ligados a um contrato social, exatamente por essa razão que se instala o conflito. Isso fica latente quando se qualificam espaços e pessoas: a bruxa é má, mora em uma choupana, no meio do bosque, isto é, um espaço selvagem; a princesa é angelical e mora no castelo, este um espaço valorado, em nossa cultura ocidental, como positivo. De nada adiantaria que só tivéssemos a estrutura, pois toda estrutura necessita de uma história para se tornar factível, por isso que estrutura e história são duas faces da mesma moeda, em meu entendimento. Uma leva a outra! E a história, enquanto atualização, deve ser compreendida não apenas como uma nova fabulação para uma “velha” estrutura, mas também como a re-invenção pela palavra e pelo corpo, pois a atualização das estruturas é dependente da narração, ou seja, do ato de narrar, que está intimamente liga ao narrador, à narração enquanto memória. Devemos observar que, a partir da estrutura, deve-se realizar a estruturação, ou seja, é na determinação do que seja o símbolo, enquanto entidade social, mais adequado ao todo da sociedade que reside o espaço de luta pela hegemonia, ou seja, a imposição de mundo social mais conforme os interesses de classe, o que ocorre tanto na vida cotidiana como nas taxionomias (classificações impostas por especialistas da produção simbólica): “as formas de classificação deixam de ser formas universais (transcendentais) para se tornarem (...) em formas sociais, quer dizer, arbitrárias (relativas a um grupo particular) e socialmente determinadas” (BOURDIEU, 2007, p. 8). Por isso, minha opção de tratar a estrutura como estruturante e não como estruturada. Isto implica dizer que partindo de objetos simbólicos (estruturas objetivas) a interpretação deve alcançar as formas simbólicas (estruturas subjetivas), pois aí reside o caráter simbólico e ideológico das mensagens e discursos, o que só é possível analisando o como ocorre a narração da memória.

Entendamos, agora, a relação entre narração e memória/experiência:

A narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado. Não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável, isto é, no comum. A narração inscreve a experiência numa

temporalidade que não é a de seu acontecer (ameaçado desde seu próprio começo pela passagem do tempo e pelo irrepêvel), mas a de sua lembrança. A narração também funda uma temporalidade, que a cada repetição e a cada variante torna a se atualizar (SARLO, 2007, p. 24-25).

Quando a narração se separa do corpo a experiência se separa de seu sentido (SARLO, 2007, p. 27).

Nestas citações o que podemos observar é a morte do sujeito, pois a aceleração do tempo faz com que a experiência se torne algo distante e não se incorpore ao presente, é a pobreza da experiência, segundo Walter Benjamin. É quando a modernidade afeta de tal modo as subjetividades que as torna mudas, pois o que há é apenas a representação textual do passado, sem a possibilidade de tornar a sê-lo.

Qual a saída para o impasse de ser passado, mas não a mera representação, todavia uma atualização do passado? Sem pestanejar, fazer da narrativa não somente um texto independente de seu narrador, mas compreender que narrar é atualizar, pois

as fontes históricas orais são fontes narrativas. Daí a análise dos materiais da história oral dever se avaliar a partir de algumas categorias gerais desenvolvidas pela teoria da narrativa na literatura e no folclore (PORTELLI, 1997, p. 29).

E dentre essas categorias diria, para reiterar Portelli, que a “velocidade da narração”, isto é, o modo de narrar, com antecipações e adiamentos das ações, e a “perspectiva”, isto é, o lugar de onde fala o narrador e qual seu envolvimento com o objeto narrado, são categorias fundamentais para entendermos a lógica de construção da representação e o ethos do narrador, mediante atribuição de valores a espaços e seres e qualificação positiva ou negativa das ações das personagens envolvidas na história. O autor chama a atenção ainda para o tom, o volume e o ritmo do discurso, e para as pausas, sejam gramaticais ou de fundo emotivo.

Portanto, entender a história/memória pela ótica da história oral é entender mais a construção de significados do que levar em conta os eventos. A validade factual dessa modalidade está na oportunidade de se ter uma nova visão, nova versão, a partir da ótica das classes não hegemônicas. E mesmo nesse caso, o leitor/ouvinte não precisa ter o ponto de vista do narrador, pois, vale lembrar, a narrativa consiste em vincular uma história a um narrador, o que implica em observar todas as atitudes

persuasivas e ideológicas que o narrador adota em relação a sua história. Portanto, compreender a história como narrativa/narração é compreender que o que há é uma reconstrução, não uma reativação, e aquela é fruto da conjunção entre o que sucedeu e a inteligência do historiador:

Lo que los historiadores consideran “hechos” no es algo dado, sino algo que se construye. Ni siquiera los documentos, las fuentes o los archivos consisten en meros datos. Son buscados, establecidos e institucionalizados (RICOEUR, 1999, p. 97).

A (re)construção dos eventos, pelas memórias dos participantes de determinado acontecimento, é o que deve ser focado na dupla percepção do passado: pela construção de sentidos das narrativas e pelas temporalidades (ontem e hoje), a fim de que o caráter uniformizador e, por vezes, opressor da memória coletiva dê margem ao desvelamento de conflitos e competições entre memórias (subjetividades), pondo a mostra a crise entre público e privado. Portanto, nossa baliza para a leitura das memórias e das identidades será a seguinte: a) a partir do caráter narrativo da memória, b) vislumbrar as versões sobre determinado acontecimento, c) considerando a construção discursiva dos narradores em seu aspecto persuasivo e ideológico, referentes ao narratário/entrevistador/leitor, d) com a finalidade de encontrar as formas simbólicas e representativas das classes envolvidas no evento, e suas relações de aquisições e perdas, reciprocamente constituídas.

Com essa proposição esperamos estabelecer um possível caminho a ser percorrido no encontro entre memória, narrativa e formações discursivas, aproximando áreas afins como a Análise do Discurso, a Narratologia e as Ciências Sociais, o que nem sempre é considerado, e por vezes tão difícil, no meio acadêmico, quedar-se a essa obviedade.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Palavra e verdade na filosofia e na psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.3, p. 1-9, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.14, p. 25-39, fev 1997.

RICOEUR, Paul. **Historia y narratividad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p. 51-84, abr 1997.

[Recebido: 12 ago. 2013 - aprovado: 11 nov. 2013]

* * *